

Dívida de estados e municípios dobra no primeiro semestre

por Doca de Oliveira
de Brasília

O endividamento dos estados e municípios dobrou no primeiro semestre de 1996, em relação ao mesmo período do ano passado. O levantamento, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), confirma a tendência de crescimento acelerado da dívida pública apontada em maio passado e o agravamento do desequilíbrio fiscal. O Banco Central autorizou um total de R\$ 5,8 bilhões em operações de crédito ao setor público. Este valor é a soma das Antecipações de Receita Orçamentária (ARO), cuja liquidação acontece no mesmo ano, e a dívida fundada (empréstimos com prazo superior a um ano), de janeiro a junho deste ano.

No mesmo período de 1995, foram autorizados R\$ 2,5 bilhões. "Na verdade, não houve novas operações e sim, a rolagem das dívidas", disse Jairo da Cruz Ferreira, chefe do departamento de Dívida Pública do Banco Central.

Neste primeiro semestre, foram autorizadas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) da ordem de R\$ 1,9 bilhão. O estoque de dívida em ARO vem caindo desde novembro de 1995 quando a Caixa Econômica Federal (CEF) abriu linhas de crédito especiais para os estados, dando 36 meses para o pagamento. Naquele mês o estoque era de R\$ 2,524 bilhões, e de lá para cá a CEF já liberou aos estados um montante superior a R\$ 2 bilhões em financiamentos com taxas de juros muito menores que as adotadas para as operações de ARO.

Outros R\$ 3,9 bilhões foram autorizados pelo BC a título de operações de dívida fundada interna e externa. "A dívida fundada realmente cresceu, mas no caso das ARO, houve apenas a rolagem de débitos que já existiam", acrescentou Ferreira.

O endividamento estatal, de maneira geral, dobrou. No caso dos governos estaduais mais que dobrou, colocando os estados, neste primeiro semestre, como os maio-

res tomadores de crédito, demandando recursos superiores a R\$ 4 bilhões. No primeiro semestre de 1995, os governos estaduais tomaram emprestado R\$ 1,5 bilhão.

O estado de Minas Gerais continua sendo o maior devedor. Entre janeiro e junho do ano passado, Minas devia R\$ 865,6 milhões somadas as operações de ARO e as dívidas fundadas. No primeiro semestre deste ano, o saldo devedor do estado subiu para R\$ 921,2 milhões. Em junho, Minas Gerais foi o único estado a solicitar autorização para realizar operações de Antecipação de Receita Orçamentária, da ordem de R\$ 7,5 milhões. "Na verdade, o estado pagou um débito neste montante e tomou um novo empréstimo com o mesmo valor, com taxas de juros mais baixas e mesmo prazo", explicou o chefe de departamento do BC.

O Rio Grande do Sul é o segundo estado mais endividado, seguido pelo Rio de Janeiro. O governo gaúcho tomou, entre janeiro e junho deste ano, empréstimos de R\$ 828,3 milhões. No mesmo período do ano passado, foram apenas R\$ 198,4 milhões. O Rio de Janeiro apresentou um crescimento muito maior de seu endividamento em relação ao Rio Grande do Sul. Tomou R\$ 120,8 milhões no primeiro semestre de 95 e fechou os primeiros seis meses deste ano com um saldo devedor de R\$ 705,4 milhões.

A dívida de São Paulo cresceu em menor velocidade que outros estados mais endividados. Entre ARO e dívida fundada, o governo paulista tomou R\$ 646,4 milhões neste ano até junho. No mesmo período do ano passado foram R\$ 291,6 milhões.

Os dados divulgados pelo Banco Central revelam que os bancos federais assumiram o papel de principais credores. O repasse de recursos através dessas instituições cresceu de R\$ 210 milhões no primeiro semestre de 1995 para R\$ 2,7 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. A participação dos bancos privados diminuiu no período, de R\$ 1,7 bilhão no ano passado para R\$ 1,5 bilhão neste ano.